

LUCIDALVA
PEREIRA
CURSINO:21
786919869

Assinado de forma
digital por
LUCIDALVA
PEREIRA
CURSINO:21786919
869
Dados: 2021.08.31
17:12:55 -03'00'



JBCRED S/A SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

*Demonstrações Contábeis
do semestre findo em 30 de Junho de 2021 e 2020 e
exercícios findos em 31 de dezembro de 2020*

Conteúdo

Relatório da administração

Balanços Patrimoniais

Demonstrações de Resultados

Demonstrações de Resultados Abrangentes

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Relatório dos Auditores Independentes

JBCRED S/A SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ: 04.230.630/0001-03

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

Atendendo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial correspondente ao semestre findo em 30 de junho de 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas Demonstração do Resultado, da Demonstração do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido e do Fluxo de Caixa, correspondentes aos semestres findos em 30 de junho de 2021 e de 2020, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

A **JBCred**, autorizada como Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento desde 31/05/2018, está focando atingir seus objetivos de expansão em sua participação no Mercado Financeiro, com base na estratégia de ampliação do volume de crédito ofertado e na busca por aprovação, junto ao seu órgão regulamentador, de novos produtos para incremento do portfólio de operações e níveis de receita.

Atualmente, a **JBCred** possui indicadores de mercado e liquidez financeira em patamares adequados e suficientes, estrategicamente considerados pela Administração, como base para o crescimento sustentável, organizado e homogêneo, em consoante com a sua política de utilização exclusiva de capital próprio.

Conhecer o Mercado e manter a sinergia com seus clientes, para atingir o crescimento desejado, sempre foi e será o princípio fundamental e marca registrada da **JBCred S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento**.

Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos.

São Paulo, 30 de agosto de 2021.

Ativo				Passivo			
	Nota Explicativa	2021	2020		Nota Explicativa	2021	2020
Circulante:		45.312	66.884	Circulante:		2.761	4.314
Disponibilidades	4	1.717	31.553	Outras obrigações		2.761	4.314
Títulos e valores mobiliários	5	26.645	21.462	Cobrança e arrecadação de tributos	10	0	0
Carteira própria		26.645	21.462	Sociais e estatutárias		0	1.532
Operações de Crédito		15.604	13.536	Fiscais e previdenciárias	9	496	490
Setor privado	6a	24.007	23.628	Diversas	10	2.255	2.292
(Provisão para crédito de liquidação duvidos)	6b	-8.403	-10.092				
Outros créditos		1.203	312	Não Circulante:		231	213
Diversos	7	1.203	312	Outras obrigações		231	213
Outros valores e bens		143	21	Diversas	10	231	213
Despesas antecipadas		143	21				
Não Circulante:		46.931	31.422	Patrimônio líquido:		89.251	93.779
Títulos e valores mobiliários		45.325	29.598	Capital Social		46.500	46.500
Carteira própria	5	45.325	29.598	De domiciliados no país	12	46.500	46.500
Outros créditos		396	389	Reserva de lucros		43.205	47.279
Diversos	7	396	389	Prejuízo no Período		-454	
Imobilizado de uso	8a	1.151	1.368				
Outras imobilizações de uso		5.196	5.324				
(Depreciações acumuladas)		-4.045	-3.956				
Outros Ativos intangíveis	8b	59	67				
Intangível		80	80				
(-) Amortizações		-21	-13				
Total do ativo		92.243	98.306	Total do passivo e patrimônio líquido		92.243	98.306

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DE 2020.

Em R\$ mil

	<u>Nota Explicativa</u>	<u>Exercícios</u>	
		<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas da intermediação financeira		19.396	25.167
Operações de crédito		18.521	24.200
Resultado de operações com Títulos e Valores Mobiliários		875	967
Despesas de intermediação financeira		-6.482	-10.331
Despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa	6c	-6.387	-10.331
Perdas operações de Crédito		-95	0
Resultado bruto da intermediação financeira		12.914	14.836
Outras receitas/despesas operacionais		-13.368	-14.010
Despesas de pessoal	14	-5.822	-5.742
Despesas administrativas	13	-6.403	-7.130
Despesas tributárias	15	-957	-1.174
Outras Receitas Operacionais		0	77
Outras Despesas Operacionais		-186	-41
Resultado operacional		-454	826
Resultado antes da tributação sobre os lucros e participações		-454	826
Imposto de Renda e Contribuição Social		0	0
Provisão para imposto de renda	9b	0	0
Provisão para contribuição social	9b	0	0
Lucro líquido /Prejuízo do semestre		-454	826
Número de ações		46.500	46.500
Lucro líquido/Prejuízo por ação		(R\$ 0,01)	R\$ 0,02
Juros sobre o capital próprio	12d	0	0

JBCred S/A - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ: 04.230.630/0001-03

Rua Líbero badaró, 293 - 20º Andar

Demonstração do Resultado Abrangente Para os semestres findos em 30 de Junho de 2021 e de 2020

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido/Prejuízo do Semestre	-454	5.375
Itens que não serão reclassificados para o resultado	0	0
Ajustes de avaliação	0	0
Total do resultado abrangente	-454	5.375

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

JBCred S/A - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ: 04.230.630/0001-03

Rua Líbero badaró, 293 - 20º Andar

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Em R\$ mil

	Nota Explicativa	Capital Social	Reserva de Lucros			Lucros acumulados	Total
			Reserva Legal	Margem Operaciona l	Equalizacã o Dividend os		
Saldos em 31 de Dezembro de 2019		46.500	5.736	37.200	500	0	89.936
Lucro líquido do semestre		0	0	0	0	826	826
Reserva Legal		0	41	0	0	-41	0
Provisão para distribuição de dividendos e JCP		0	0	0	0	0	0
Reserva para Equalização		0	0	0	785	-785	0
Saldos em 30 de Junho de 2020		46.500	5.777	37.200	1.285	0	90.762
Mutação do Período		-	-	-	785	-785	826
Saldos em 31 de dezembro de 2020		46.500	6.005	37.200	4.074	0	93.779
Prejuízo do semestre		0	0	0	0	-454	-454
Reserva Legal		0	0	0	0	0	0
Distribuição de dividendos e JCP		0	0	0	-4.074	0	-4.074
Transferência para Reserva estatutária		0	0	0	0	0	0
Saldos em 30 de Junho de 2021		46.500	6.005	37.200	0	-454	89.251
Mutação do Período		-	-	-	-4.074	-454	-4.528

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA METODO INDIRETO PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020

	<u>Nota</u> <u>Explicativa</u>	<u>2021</u>	<u>Reclassificado</u> <u>2020</u>
Lucro líquido ajustado		6.115	11.651
Lucro líquido /Prejuízo do semestre		-454	826
Ajustes ao lucro líquido		6.569	10.825
Depreciações/Amortizações		164	547
Provisão para demandas judiciais		18	-53
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		6.387	10.331
Varição em ativos operacionais		-9.548	12.582
(Aumento) / redução - Títulos e valores mobiliários		-73	14.718
(Aumento) / redução - Operações de crédito		-8.455	-1.581
(Aumento) / redução - Outros créditos		-898	-612
(Aumento) / redução - Outros valores e bens		-122	57
Varição em passivos operacionais		-1.553	-1.607
Aumento / (Redução) - Cobrança e Arrecadação de tributos		10	-6
Aumento / (Redução) - Sociais e Estatutárias		-1.532	-1.229
Aumento / (Redução) - Fiscais e previdenciárias		6	-130
Aumento / (Redução) - Diversas		-37	-242
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		-11.101	10.975
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		61	-80
Aquisição imobilizado de uso		-46	-80
Baixa Imobilizado de uso		107	0
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		-4.074	0
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio pagos		-4.074	0
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		-8.999	22.546
Modificações na posição financeira de caixa e equivalentes de caixa			
No início do semestre		37.361	26.317
No fim do semestre		28.362	48.863
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		-8.999	22.546

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

JBCRED S/A SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ: 04.230.630/0001-03

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis referente semestre findo em 30 de junho de 2021 e 2020 e exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado o contrário)

1. Contexto operacional

A **JBCred S/A - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (“JBCred” ou “Sociedade”)** foi constituída em 10 de novembro de 2000, e obteve a autorização para funcionamento concedida pelo Banco Central do Brasil (BACEN), em 20 de dezembro de 2000.

Desde sua constituição, e regida pela atividade que foi autorizada, a **Sociedade** oferece Operações de Crédito somente às Pessoas Físicas, que apresentam ou não restrições de crédito no mercado financeiro. Como política operacional, atua somente com recursos próprios em uma configuração de carteira de operações totalmente “banking”.

A **Sociedade** possui indicadores de rentabilidade e liquidez, consideradas pela Administração, em nível adequado e suficiente em relação ao cenário atual do Mercado Financeiro.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis “CPC” emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém, nem todos foram homologados pelo BACEN.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2021, na elaboração das demonstrações foram observadas as disposições da Resolução CMN nº 4.818/20 e a Resolução BCB nº 2/20, cujo objetivo é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações de acordo com as normas internacionais de contabilidade. As contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade, foi incluída publicação obrigatória da demonstração do resultado

abrangente e do relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do período.

Em consonância com a Resolução BCB nº 2/20, para efeito de comparabilidade o balanço patrimonial do período corrente deve ser comparado com o Balanço Patrimonial do exercício social imediatamente anterior; e as demais demonstrações devem ser comparadas com as relativas aos mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas, admitindo-se, que em 31 de dezembro sejam comparadas com as demonstrações relativas ao exercício social anterior. Para fins de comparação e adaptação ao COSIF, plano de contas do Banco Central do Brasil, e as novas diretrizes contábeis, as demonstrações contábeis do período findo em 31 de dezembro de 2020 sofreram reclassificações, porém sem efeito no resultado apurado naquela data.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da **JBcred** e foram aprovadas, pela Administração, em 30 de agosto de 2021.

3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis são as seguintes:

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas nas apurações dos resultados do período em que ocorrerem, simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Para fins de apresentação de Caixa e equivalentes de caixa, são representados por dinheiro em caixa, depósitos bancários a vista em moeda corrente e aplicações em Títulos e Valores Mobiliários, com prazo total de aplicação de até 90 dias sem restrições de uso pela Administração e / ou redução de valor pelo resgate, para o gerenciamento de compromissos de curto prazo.

c) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Registrados pelo custo de aquisição e acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço são classificados, quando aplicável, conforme a Circular 3.068, de 08/11/2011, do BACEN, sendo:

- i) Títulos para negociação: Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- ii) Títulos disponíveis para venda: Títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, são avaliados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada no patrimônio líquido;
- iii) Títulos mantidos até o vencimento: Títulos e valores mobiliários para os quais haja intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira da **Sociedade** para sua manutenção em carteira até o seu vencimento, registrados pelo custo de aquisição ou pelo valor de mercado quando da transferência de outra categoria. Os títulos são atualizados até a data de vencimento, não sendo avaliados pelo valor de mercado.

Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para a venda, quando realizados, serão reconhecidos na data da negociação na demonstração do resultado, em contrapartida a conta específica no patrimônio líquido.

As reduções no valor negociado dos Títulos e valores mobiliários disponíveis para a venda e dos mantidos até o vencimento, abaixo dos respectivos custos atualizados, quando não impactados por eventos temporários, serão considerados no resultado como perdas realizadas.

Em 30 de Junho de 2021 e 31 de dezembro 2020, a **Sociedade** não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

d) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são registradas pelo valor de negociação, acrescidas do cálculo “pró-rata die” com base na variação do indexador e taxa de juros pactuados. A Administração avalia as operações de acordo com o nível de risco, considerando riscos específicos, conjuntura econômica e experiência operacional.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa segue os conceitos e orientações emanadas da Resolução nº 2.682, de 21/12/1999, do CMN, destacando que as provisões são constituídas a partir da análise periódica da capacidade de recebimento e são classificadas em nove níveis, sendo “AA” considerado risco mínimo, e “H” considerados como perda.

As rendas das operações de crédito vencidas a mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receitas, quando de seu recebimento. As operações classificadas como nível H, permanecem nesta classificação por seis meses, quando então são baixadas para prejuízo, em contrapartida da provisão existente e controladas em contas de compensação, não mais figurando entre as contas patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra provisão e que estavam em conta de compensação são classificadas no nível “H” e os eventuais ganhos provenientes somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende as orientações da Resolução nº 2.682, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 6.

e) Outros valores e bens e outros créditos

Compostos basicamente por despesas antecipadas, impostos a compensar (quando aplicável), adiantamento a funcionários e outras aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em período futuro.

f) Imobilizado

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, deduzindo-se a depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, sendo: 10% ao ano para instalações, móveis e utensílios e equipamentos de comunicação, e 20% ao ano para sistemas de processamento de dados (informática) e de transportes, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 7.

g) Redução ao valor recuperável de ativos (“Impairment”)

Os ativos não financeiros são avaliados para averiguar se há evidência significativa de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável de ativo não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

h) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (base pró-rata die) e provisão para perda, quando julgada necessária.

Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (base pró-rata die).

i) Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)

A provisão para o Imposto de Renda corrente é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro do período excedente a R\$ 120. A Contribuição Social foi calculada a alíquota de 15% até fevereiro de 2020, sendo elevada para 20% à partir de março 2020, em conformidade com a Lei 13.169/2015.

Em conformidade com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não produziram efeitos na apuração do lucro real.

j) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são realizados de acordo com os critérios definidos na Resolução 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e carta circular 3429/10, da seguinte forma:

Ativos contingentes – São reconhecidos nas demonstrações contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

Passivos contingentes – São reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo divulgados nas Notas Explicativas, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 10.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da apresentação do Caixa e equivalentes de caixa, da **Sociedade**, em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, estavam compostos conforme segue:

	<u>30-jun-21</u>	<u>31-dez-20</u>
Caixa	6	3
Depósitos bancários a vista	1.711	31.549
Títulos e valores mobiliários	26.645	5.809
Disponibilidades	28.362	37.361

Os depósitos bancários e as aplicações são mantidos em Instituições Financeiras de primeira linha, com liquidez diária e atreladas à variação do CDI. São considerados pela Administração da **Sociedade**, como suficientes para o cumprimento de obrigações de curto prazo.

5. Títulos e valores mobiliários

Abaixo, a composição dos títulos para negociação por tipo de papel, demonstrada pelo seu valor de custo e de mercado.

	<u>30-jun-21</u>		<u>31-dez-20</u>	
	<u>Custo atualizado</u>	<u>Valor de mercado (i)</u>	<u>Custo atualizado</u>	<u>Valor de mercado (i)</u>
Títulos para negociação				
Carteira própria				
Certif de Dep Bancários - Renda Fixa	71.970	71.970	51.060	51.060
TÍTULOS E VALORE MOBILIÁRIOS	71.970	71.970	51.060	51.060

(i) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi apurado com base em preços e taxas praticados em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, divulgados pelo emissor dos títulos de renda fixa.

No Semestre findo em 30 de junho de 2021, o rendimento de aplicações com títulos e valores mobiliários foi de R\$ 875 (R\$ 967 em 30 de junho 2020).

6. Operações de crédito

As operações de crédito em 30 de junho de 2021 e de 31 de dezembro de 2020 estão compostas por empréstimos à Pessoas Físicas, com taxas prefixadas e atualizadas de acordo com a vigência dos contratos. Abaixo, a composição das operações de crédito por Tipo de Operação e Níveis de Risco e por Faixas de Vencimento e Níveis de Risco.

a) Por tipo de operação e níveis de risco:

a) Por tipo de operação e Níveis de Risco:

<u>Níveis de Risco</u>	<u>30/06/2021</u>									<u>31-dez-20</u>
	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	Total
Empréstimo à Pessoa física	7.455	1.697	2.851	1.646	1.308	1.685	1.672	5.693	24.007	23.628
Total - 30/06/2021	7.455	1.697	2.851	1.646	1.308	1.685	1.672	5.693	24.007	23.628

b) Por faixas de vencimento e níveis de risco

De acordo com as Resoluções, do BACEN, nº 2.682 e nº 2.697, de 21/12/1999 e 24/2/2000, respectivamente, a metodologia de cálculo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é mensurada com base nos níveis de risco da carteira de créditos e percentuais genéricos de provisão.

Nível de risco	% de Provisão
A	0,5%
B	1,0%
C	3,0%
D	10,0%
E	30,0%
F	50,0%
G	70,0%
H	100,0%

A Administração da **Sociedade** avalia, periodicamente, a necessidade de provisões adicionais aos percentuais estabelecidos nas Resoluções mencionadas acima e entende que o montante de provisão é suficiente em relação à expectativa de recebimento dos créditos.

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o risco da carteira estava distribuído como apresentado abaixo:

	30/06/2021								31-dez-20	
	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	Total
Parcelas Vincendas	7.386	1.347	2.281	730	370	262	82	33	12.491	11.079
01 a 30 dias	2.057	443	729	283	172	149	58	33	3.924	3.423
31 a 60 dias	1.305	262	449	149	68	55	19	0	2.307	3.255
61 a 90 dias	1.285	228	416	129	60	40	5	0	2.163	1.513
91 a 180 dias	2.011	319	556	131	57	17	0	0	3.091	2.546
181 a 365 dias	728	95	131	38	13	1	0	0	1.006	342
Parcelas Vencidas	69	350	570	916	938	1.423	1.590	5.660	11.516	12.549
01 a 14 dias	69	0	47	33	34	23	16	10	232	509
15 a 30 dias	0	350	237	252	151	164	106	63	1.323	733
31 a 60 dias	0	0	286	267	196	232	158	121	1.260	1.037
61 a 90 dias	0	0	0	364	256	325	250	269	1.464	790
91 a 180 dias	0	0	0	0	301	679	1.060	1.840	3.880	2.988
181 a 365 dias	0	0	0	0	0	0	0	3.357	3.357	6.492
Subtotal	7.455	1.697	2.851	1.646	1.308	1.685	1.672	5.693	24.007	23.628
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-37	-17	-86	-165	-392	-842	-1.171	-5.693	-8.403	-10.092
Total líquido de operações de crédito	7.418	1.680	2.765	1.481	916	843	501	0	15.604	13.536
	0,50%	1,00%	3,00%	10,00%	30,00%	50,00%	70,00%	100,00%		

c) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Para o semestre findo em 30 de junho de 2021 e exercício de 31 de dezembro 2020, a movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa ocorreu como demonstrado abaixo:

	30-jun-21	31-dez-20
Saldo inicial	10.092	21.954
Provisão no semestre	6.892	20.751
Reversão provisão no semestre	-505	-4.147
Baixa para controle em compensação	-8.076	-28.466
Total de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.403	10.092

Os créditos anteriormente baixados como prejuízo e controlados em contas de compensação, e que foram recuperados no semestre, estão apresentados na demonstração do resultado em conta com a rubrica de receitas da intermediação financeira – operações de crédito, sendo o valor recuperado em 30 de junho de 2021 de R\$ 3.091 (R\$ 2.988 em 2020).

7. Outros créditos

	<u>30-jun-21</u>	<u>31-dez-20</u>
Outros Créditos - Diversos		
Circulante	<u>1.203</u>	<u>312</u>
Adiantamento a funcionários	259	49
Adiantamento a fornecedores	31	20
Impostos e contribuições a compensar	213	107
Titulos e creditos a Receber	16	0
Outros	684	136
Não Circulante	<u>396</u>	<u>389</u>
Depósitos judiciais (Nota 11)	63	56
Impostos e contribuições a compensar (CSLL)	333	333
TOTAL OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS	<u>1.599</u>	<u>701</u>

8. Imobilizado de uso

a) Composição

<u>Item</u>	<u>%</u>	<u>30/06/2021</u>			<u>31/12/2020</u>
		<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Benfeitorias em imóveis de terceiros		1.566	-1.566	0	0
Móveis e equipamentos	10%	1.493	-671	822	884
Sistema de comunicação	10%	224	-159	65	54
Equipamentos de Informática	20%	1.371	-1.110	261	303
Sistema de Transportes	20%	542	-539	3	127
TOTAL IMOBILIZADO		<u>5.196</u>	<u>-4.045</u>	<u>1.151</u>	<u>1.368</u>

<u>Item</u>	<u>%</u>	<u>2021</u>			<u>2020</u>
		<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Outros ativos intangíveis	(i)	80	-21	59	67
TOTAL INTAGIVEL		<u>80</u>	<u>-21</u>	<u>59</u>	<u>67</u>
TOTAL PERMANENTE		<u>5.276</u>	<u>-4.066</u>	<u>1.210</u>	<u>1.435</u>

b) Movimentação do Custo

Item	31/12/2020	Movimento do Custo			Saldo em 30/06/2021
		Adições	Baixas	Transferências	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.566	0	0	0	1.566
Móveis e equipamentos	1.486	7	0	0	1.493
Sistema de comunicação	207	17	0	0	224
Equipamentos de Informática	1.348	23	0	0	1.371
Sistema de Transportes	717	0	-175	0	542
Outros ativos intangíveis	80	0	0	0	80
TOTAL IMOBILIZADO (CUSTO)	5.404	47	-175	0	5.276

A Administração da **Sociedade** avalia, ao menos uma vez no exercício social, a necessidade de provisão ao valor recuperável de seus ativos. Para o semestre findo em 30 de junho de 2021 e exercício findo de 31 de dezembro de 2020, não foram apuradas perdas substanciais que necessitassem a apresentação de ajustes nas demonstrações contábeis.

9. Outras obrigações - fiscais e previdenciárias

a) Composição

<u>Tributárias</u>	<u>30-jun-21</u>	<u>31-dez-20</u>
IRPJ LUCRO REAL	0	0
CSLL LUCRO REAL	0	0
IMPOSTOS S/TERCEIROS	2	1
PIS	18	17
COFINS	109	107
TOTAL TRIBUTÁRIAS	129	125

<u>Previdenciárias</u>	<u>30-jun-21</u>	<u>31-dez-20</u>
IRRF S/SALARIOS	147	168
INSS	175	147
FGTS	40	50
CONTR.ASSISTENCIAL	5	0
TOTAL PREVIDENCIÁRIAS	367	365

TOTAL FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	496	490
--	------------	------------

b) Reconciliação do Imposto de renda e da Contribuição social sobre o Lucro líquido

	<u>30-jun-21</u>	<u>30-jun-20</u>
Resultado antes da tributação sobre os lucros	-454	826
(-) Juros sobre capital próprio	0	0
Efeitos das adições e exclusões no cálculo dos tributos	-449	-826
Adições	6.744	10.655
Exclusões	-7.193	-11.481
Base de cálculo de imposto de renda e de contribuição social	-903	<u>0</u>
Imposto de Renda corrente	<u>0</u>	<u>0</u>
Imposto de renda	0	0
Imposto de renda (alíquota adicional -10%)	0	0
Dedução Limite 4%) - PAT	0	0
Contribuição Social corrente	<u>0</u>	<u>0</u>
Alíquota efetiva	0,00%	0,00%
Ajustes		
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social provisionados no resultado do semestre	<u>0</u>	<u>0</u>
Antecipações de pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social no semestre	-106	<u>0</u>
Saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar / (restituir)	-106	0

Administração, realizou estudo e levantamento das operações de crédito que haviam sido baixadas para perda. Desta forma, a Sociedade realiza a exclusão, para fins de apuração de impostos, das perdas efetivas do exercício, totalizando R\$ 7.193 em 30 de junho 2021 (R\$ 17.201 em 2020).

10. Outras obrigações

	<u>30-jun-21</u>	<u>31-dez-20</u>
Outras Obrigações - Diversas		
Circulante	<u>2.255</u>	<u>2.292</u>
Pagamentos a efetuar - Pessoal	1.539	1.532
Pagamentos a efetuar - outras desp.adm	59	33
Credores diversos no país	64	60
Recebimento parcial(i)	593	667
Não Circulante	<u>231</u>	<u>213</u>
Provisão passivo contingente	231	213
TOTAL OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS	<u>2.486</u>	<u>2.505</u>

(i) Refere-se ao recebimento parcial devido à renegociação de dívida.

11. Ativos e passivos contingentes

Em 30 de Junho de 2021 e 31 de dezembro 2020 não existem processos classificados pela Administração como ativos contingentes.

A **Sociedade** é parte em processos judiciais de natureza cível. A Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos, realiza análise individual de valor potencial de perda para as ações, considerando os critérios descritos na Resolução nº 3823/09 do BACEN.

A Administração da **Sociedade** entende que as provisões constituídas são suficientes para atender as eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos.

A movimentação do passivo contingente para o semestre findo em 30 de junho de 2021, ocorreu como demonstrado abaixo:

11.1) Movimentação dos processos por Natureza

	<u>Cível</u>
Saldo em 31/12/2020	213
Reversão de provisão	0
Constituição de provisão	18
(-) Depósitos judiciais	-63
Saldo Líquido em 30/06/2021	168

11.2) Valores Registrados Contabilmente

	<u>30/06/2021</u>			<u>31/12/2020</u>
	<u>Valor</u> <u>Contingência</u>	<u>Depósitos</u> <u>Judiciais</u>	<u>Valores</u> <u>Líquidos</u>	<u>Valor</u> <u>Contingência</u>
Cíveis	231	-63	168	213
Trabalhista	-	-	-	0
TOTAL PROVÁVEL	231			213

11.3) Valores não Registrados Contabilmente

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Cíveis	476	415
TOTAL POSSÍVEL	476	415

A **Sociedade** possui depósitos, na ordem de R\$ 63 em 30 de junho de 2021 (R\$ 55 em 2020), em garantia aos processos em andamento.

Os processos classificados, pela Administração e seus assessores jurídicos, como de probabilidade de perda possível, não estão reconhecidos contabilmente e montam R\$ 476 em 30 de junho de 2021 (R\$ 415 em 2020).

Não existem, em curso, em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro 2020 processos administrativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas, que pudessem impactar representativamente nas Demonstrações Contábeis e operações da **Sociedade**.

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de Junho de 2021 e 31 dezembro de 2020, o Capital Social da JBCred era de R\$ 46.500, totalmente subscrito, integralizado, detidas por acionistas, Pessoa Física, sendo dividido em 23.250 (vinte e três mil, duzentos e cinquenta) ações ordinárias nominativas e 23.250 (vinte e três mil, duzentos e cinquenta) ações preferenciais nominativas, ao preço unitário de R\$ 1,00 cada uma.

b) Reserva de lucros

Conforme disposições estatutárias e determinação da Lei nº 6.404, a Sociedade destina 5% do lucro líquido do exercício social para Reserva Legal, atendendo aos limites estipulados na legislação vigente. Os lucros remanescentes ao cálculo da Reserva Legal e das distribuições de dividendos e JCP, são transferidos para Reserva Estatutária, conforme estipulado no Estatuto Social da Sociedade.

c) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Conforme disposições estatutárias, devem ser estipulados aos acionistas, dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio (JCP) que somados, correspondam, no mínimo, a 25% do Lucro Líquido do exercício.

Os Juros sobre o Capital Próprio são calculados com base nas contas do patrimônio líquido, limitando-se à variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou Reservas de Lucros.

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Dividendos	0	1.532
<u>juros sobre o capital próprio</u>	<u>0</u>	<u>0</u>
<u>TOTAL SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS</u>	<u>0</u>	<u>1.532</u>

13. Despesas administrativas

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
		(Reclassificado)
Água, energia e gás	54	54
Aluguel	291	242
Despesa de comunicações	112	153
Condomínio	69	88
Manutenção e conservação	39	32
Despesas de materiais	35	0
Despesas de processamento de dados	731	1
Propaganda e publicidade	104	64
Serviços sistema financeiro	3.822	4.572
Serviços de terceiros	367	236
Serviços técnicos especializados	503	1.061
Despesa de transportes	32	34
Amortização	8	5
Depreciação	156	543
Outras	80	45
<u>TOTAL DESPESAS ADMINISTRATIVAS</u>	<u>6.403</u>	<u>7.130</u>

14. Despesas com pessoal

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Diretoria - honorários	330	330
Pessoal - benefícios	1.243	1.333
Pessoal - encargos sociais	1.120	962
Pessoal - proventos	3.098	3.103
Pessoal - treinamento	31	14
<u>TOTAL DESPESAS PESSOAL</u>	<u>5.822</u>	<u>5.742</u>

15. Despesas tributárias

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Despesas tributárias	193	138
COFINS	657	891
PIS	107	145
Total	957	1.174

16. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A **Sociedade** conta com estrutura independente de Gestão de Riscos, definida e aprovada pela Administração, em cumprimento aos normativos do agente regulamentador, o BACEN. A estrutura de Gestão de Risco tem a responsabilidade de identificar, avaliar e monitorar os Riscos nas disciplinas Operacionais, Mercado, Crédito e Liquidez, bem como garantir o funcionamento pleno da Estrutura de Controles Internos.

Os modelos de análise dos procedimentos de Risco foram definidos internamente pela Administração e Gestores de “Compliance”, sendo adequados à complexidade atual da estrutura da **Sociedade** e de suas operações. Além das técnicas de acompanhamentos sobre Riscos, a **Sociedade** conta com colaboradores capacitados e especializados, subordinados hierarquicamente aos departamentos ligados à Gestão de Risco, que somadas à utilização de softwares específicos de monitoramento de Riscos e os sistemas de emissão de relatórios para acompanhamento das operações, a Administração e os Gestores de “Compliance” alinham e monitoram a plena execução das rotinas envolvidas nos processos operacionais da **Sociedade**.

A capacitação técnica dos colaboradores em conjunto com os investimentos em ferramentas de mercado, adquiridas junto a empresas líderes em fornecimento de soluções corporativas, foram essenciais na manutenção das metas de crescimento sustentado. A rotina de análise e identificação de riscos e simulação de cenários de estresse de mercado, trouxeram uma melhor visão operacional Para a Administração e Gestores de “Compliance” da **Sociedade**, que tem em seu estilo, historicamente conservador, um forte aliado na mitigação de riscos potenciais.

Seguindo os princípios da Governança Corporativa, todos os documentos de trabalho de processos de simulação de mercado e mitigação de riscos, são disponibilizados para a Administração, no intuito de possibilitar a ação tempestiva e suficiente para mitigação dos Riscos.

Aliada às áreas operacionais internas, a **Sociedade** vem incrementando tempestivamente as áreas de Controle de Risco, contando com um departamento de “Compliance” Operacional e Legal, um departamento de Auditoria Interna, terceirizado e permanente, além de contratar serviço de Auditoria Externa Independente. A Administração julga, a manutenção destes e o incremento de capacitação em outros departamentos, como a melhor prática e fator primordial para que o processo de avaliação

das operações possa estar certificado e seus riscos minimizados, no que tange a qualidade e fidedignidade de seus procedimentos e divulgações contábeis e financeiras.

i) Risco de mercado

O Risco de Mercado pode ser definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma Instituição Financeira, bem como de sua margem financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias ("commodities").

Em cumprimento aos dispositivos da Resolução mencionada acima, a Administração definiu e incorporou e vem aperfeiçoando a política de Gerenciamento do Risco de Mercado em conjunto com a Gestão de Riscos, Controles Internos e "Compliance" (GRCIC), adequando às características das operações e complexidade dos produtos ofertados pela **Sociedade**.

Embora a **Sociedade**, atualmente, não mantenha nenhuma posição de Risco que referencie ao Risco de Mercado, todas as etapas para a identificação e controle do Risco foram desenvolvidas pela Administração e Gestores de "Compliance", como a estruturação das áreas de responsabilidade.

O Gerenciamento de risco de mercado é realizado com a aplicação de metodologias previamente definidas e sistemas adequados à natureza das operações, a complexidade dos produtos ofertados e a dimensão da sua exposição. Os processos de avaliação de Riscos buscam identificar os descolamentos de preços no mercado que possam impactar negativamente as posições assumidas da **Sociedade**. São aplicadas metodologias para o acompanhamento diário das exposições aos diversos fatores de risco e o cálculo do Valor em Risco ("VaR"), aplicação de testes de estresse de flutuação das principais variáveis macroeconômicas, com a utilização de cenários históricos ou de mudança de premissas.

O Modelo de financiamento para suas operações é totalmente voltado ao Capital Próprio, não sendo contratadas operações de crédito com outras Instituições Financeiras, desta forma, a totalidade da carteira de créditos da **Sociedade** é classificada como fluxo de caixa próprio.

Em conformidade ao determinado pelas normas atuais, o cálculo do Risco de Crédito segue a rigor aos ensejos de uma Sociedade de Crédito que ocupa o **segmento S5** perante o Banco Central do Brasil.

ii) Risco de crédito

O Risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas aos seguintes fatores:

- Ao descumprimento do tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.

- À desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador.
- À redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

De acordo com a Resolução nº 4.557/2017, do CMN, que dispõe sobre a necessidade da estrutura de Gerenciamento de Risco Integrada, a **Sociedade** estruturou a área denominada Gestão de Riscos, Controles Internos e “Compliance” (GRCIC), sendo esta, a responsável pela manutenção normativa da Gestão do Risco de Crédito enquanto as áreas de Crédito e Produtos ficam responsáveis pela manutenção operacional e gestão das ações mitigadoras do risco de Crédito.

A política de crédito está voltada ao monitoramento contínuo das Operações de Crédito para verificar o risco de cada operação. A gestão do Risco de Crédito está dividida nas etapas de decisão, formalização, monitoramento e cobrança.

O amplo conhecimento sobre o público alvo, tomador destas Operações de Crédito, é fator primordial do sucesso e rentabilidade destas operações, tendo em vista a característica geral dos clientes, em relação a existência de restrições à obtenção do crédito no Mercado Financeiro com as demais Instituições Financeiras, comumente citadas como Crédito para Negativados. As concessões das operações para este tipo de consumidor são coordenadas e monitoradas pela Administração em conjunto com os Departamentos de Risco e Financeiro, o que possibilita o acompanhamento contínuo da carteira de crédito.

Com a finalidade de proteger-se contra perdas significativas decorrentes das Operações de Crédito, a **Sociedade**, considera todos os aspectos determinantes do Risco de Crédito do cliente para definir o nível de provisões adequado ao risco, em cada operação.

Observa-se, para cada operação, a avaliação e classificação do cliente, os históricos de inadimplência individual e de mercado, para a formação de parâmetros de “Credit Score” e “Behavior Score”. Além disso, são consideradas as informações da Central de Risco do BACEN, conforme as orientações da Resolução nº 2682/1999, do CMN, onde encontram formalizadas as regras de classificação e os percentuais de provisionamento mínimo das Operações de Crédito expostas à uma maior dificuldade de recuperação. As decisões operacionais e gerencias sobre a concessão de Operações de Crédito são de responsabilidade do departamento financeiro. A aprovação do crédito é feita pela Mesa de Crédito Interna da **Sociedade**, de forma a garantir a uniformidade do processo e a contenção de eventuais tentativas de fraude. Os procedimentos de concessão estão formalizados e registrados em manuais internos de procedimento, devidamente revisados pela área de Gestão Financeira e pelos Gestores do “GRCIC”.

Os correspondentes bancários da **Sociedade**, normatizados pelas regras da Resolução nº 3954/2011, do CMN, atualmente encontram-se totalmente terceirizados, e não participam no processo de aprovação das Operações de Crédito, onde somente figuram como captadores de propostas de concessão de crédito. As exceções e/ou desvios aos padrões de classificação de

Riscos estabelecidos pela Administração e pelos Gestores do “GRCIC”, são tratadas diretamente entre a Mesa de Crédito e os níveis hierárquicos de supervisão e gerenciamento de riscos, por meio de limites de alçada de aprovação.

Os procedimentos de cobrança são executados por equipes internas e empresas externas parceiras especializadas, visando conter os índices de inadimplência, garantindo a rentabilidade das operações concedidas e acompanhadas pela “GRCIC” de forma a garantir a convergência com as práticas legais do Mercado Financeiro. A carteira de inadimplentes classificada em compensação é trabalhada com recursos de cobrança e campanhas. O acompanhamento de casos relevantes (entende-se como operações superiores ao valor médio das operações de crédito historicamente registradas) é analisado sob a ótica da PLD/FT e recebem análise diferenciada no processo de aprovação de crédito.

iii) Risco operacional

A Gestão do Risco Operacional também é disciplina da área denominada Gestão de Riscos, Controles Internos e “Compliance” (GRCIC). Atendendo a orientação da Resolução nº 4.557/2017, do CMN, visa detectar e mitigar os riscos de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O Risco Operacional é monitorado e avaliado através da disponibilização de ferramentas de apoio ao colaborador, divulgação de políticas internas e metodologias da **Sociedade**, através de atividades contínuas de gestão e pelo Departamento de Auditoria Interna.

As inconformidades com as políticas e determinações da Gestão de Risco Operacional, são comunicados à Administração de forma ativa e tempestiva para garantir a eficiência operacional e mitigação de perdas operacionais da **Sociedade**. A Gerência de Riscos possui diversas ferramentas, contando com sistema interno de registro e mapeamento das mesmas, para a verificação de qualquer inconsistência que possa provocar perdas, recuperáveis ou não. São disponibilizados relatórios gerenciais para a Administração, assim como se utilizam ferramentas de análise e extração de informações como o "Datawarehouse" para o armazenamento lógico de todas as informações estratégicas e para a análise de grandes volumes de dados, com o intuito de obter informações estratégicas que podem facilitar a tomada de decisão, comumente conhecidos como “Business Intelligence”.

Outras soluções para a avaliação de "exceções" existentes na **Sociedade** são utilizadas na análise de operações que podem resultar em risco de perdas. As soluções atendem basicamente às Operações de Crédito e identificam desvios nos procedimentos internos ou modelos definidos.

Os desvios são analisados por pessoas autorizadas e classificadas por níveis de acessos e de alçada. Atualmente os membros da Diretoria Financeira e Presidência possuem alçada para concluir sobre a operação. As incoerências que caracterizam exposição a riscos, perdas ou possibilidades

de perdas, são apontadas e relatadas à Administração pela Gestão de Riscos, Controles Internos e “Compliance”.

A Auditoria Interna, por sua vez, fornece os subsídios à Administração através de seus papéis de trabalho, a fim de indicar pontos de fragilidade de controles e melhorias operacionais para estabelecimento de planos de ação e correção das deficiências e mitigação dos riscos.

Os dados e análise sobre perdas ou possíveis perdas operacionais são armazenados em banco de dados, o que permite à **Sociedade**, por meio de análises, aprimorar as metodologias de gestão de riscos. Matrizes de riscos são utilizadas para identificar, avaliar, tratar, controlar e monitorar os riscos que as operações da **Sociedade** estão sujeitas e são periodicamente revisadas e atualizadas. O Departamento Jurídico analisa constantemente a inadequação ou deficiência dos contratos firmados pela **Sociedade**, seja das Operações de Crédito ou da contratação de bens ou serviços. Atua para estabelecer, avaliar e verificar detalhadamente a conformidade e regularidade das cláusulas contratuais a fim de evitar sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e eventuais processos por danos causados a terceiros.

iv) Risco de liquidez

O Risco de Liquidez ocorre quando há desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da **Sociedade**, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A estrutura responsável pelo Gerenciamento do Risco de Liquidez é a Diretoria Financeira e Presidência, que monitoram e controla o fluxo de caixa e as modalidades de investimento em aplicações financeiras. O Departamento Financeiro elabora relatórios gerenciais relacionados às condições de liquidez da **Sociedade**, que são direcionados a Diretoria.

Atualmente, na relação entre ativos e passivos, a **Sociedade** apresenta grau de liquidez em patamares, considerados pela Administração, como adequados e por política operacional, utiliza-se apenas de recursos próprios.

v) Risco Socioambiental para o Crédito

Em conformidade com as orientações da Resolução 4.327/2014 e posteriores do Banco Central do Brasil, a JBCRED está buscando incorporar as práticas e os procedimentos para a gestão e o desenvolvimento sustentável das políticas sócio ambientais, concedendo crédito somente a pessoas físicas.

A JBCRED não trabalha com pessoas jurídicas e desta forma não atua em projetos de impacto e relevância material. Os valores de concessão destas operações são considerados não materiais e extremamente pulverizados e não apresentam grande impacto individual socioambiental. Estas operações também não se caracterizam como atrativas sob a ótica das práticas envolvendo a lavagem de dinheiro e o financiamento ao terrorismo.

Mesmo sob este cenário, estamos adotando as ações necessárias para a efetiva Gestão do Risco Socioambiental, através de ajustes dos procedimentos sistêmicos e operacionais, efetuando a disseminação do conhecimento a todos colaboradores pela governança e ampliando a base de conhecimento e treinamento dos técnicos diretamente envolvidos na questão.

vi) Atividades dos controles internos

A Estrutura de Controles Internos atende aos dispositivos da Resolução nº 4.390/2014, do CMN e normas posteriores e visa garantir a eficiência do Sistema de Controles Internos da **Sociedade**, estabelecendo objetivos e mecanismos que possam assegurar a conformidade com as Políticas e Normas Internas e legislações aplicáveis. É responsável pelo mapeamento de todas as ocorrências e ações executadas na **Sociedade**, assim como pela análise das estruturas operacionais existentes e das estruturas que sejam criadas, com a finalidade de definir as sequencias lógicas de trabalhos para conduzir ao resultado esperado.

O sistema de controles internos visa conferir se os processos e sistemas de gestão dos diversos tipos de riscos estão aderentes às normas internas e legislação oficial regulatória, bem como é responsável pela realização de testes de avaliação dos sistemas, processamento e modelos de controle de risco.

A estrutura é descentralizada quanto ao quesito operacional, pois cada área representa um Agente de Controles Internos, mas é gerida diretamente pelo departamento de Gestão de Riscos, Controles Internos e “Compliance” (GRCIC).

vii) Governança corporativa

As práticas de Governança Corporativa foram implementadas e são revisadas constantemente, como forma a garantir que as ações e orientações estejam adequadas ao Mercado Financeiro, em modelo sugerido pela Associação Brasileira de Bancos (ABBC), que leva em conta as variáveis de complexidade da estrutura e tamanho da Instituição Financeira.

As seguintes orientações foram implementadas pela Administração:

- Aprovação de Projetos internos por Comitê Multidisciplinar de forma a garantir a difusão do conhecimento entre as áreas de negócio;

- Amplo envolvimento da área de Gestão de Riscos para que novas ações estejam de acordo com as normas e leis atualizadas, desde sua discussão;
- Alinhamento direto entre Alta Gestão e Gestores de Negócio para aprovação de projetos e orçamentos;
- Ampla divulgação dos trabalhos internos como forma de ampliar o acesso às decisões e suas bases; e

A implantação da Governança Corporativa em sua essência trouxe aos diversos níveis da **Sociedade** uma melhor compreensão sobre sua missão principal e também a melhor interação entre níveis e áreas da corporação.

17. Ouvidoria

A **Sociedade** possui formalizada e operacional a área de Ouvidoria em atendimento às disposições da Resolução nº 4.433/2015, do CMN e Circular nº 3.370/07, do BACEN, que consiste em atuar como canal de comunicação entre a **Sociedade** e seus clientes para solucionar eventuais pendências e prestar esclarecimentos sobre seu produto.

18. Cobertura de seguros

Em 30 de junho de 2021 a **Sociedade** possuía cobertura de seguros por incêndio, responsabilidade civil e para os veículos no montante total de R\$ 8.260 e (R\$ 8.318 em 2020). O valor segurado é determinado pela Administração, em base técnica que se estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos. Os valores de cobertura de seguro não foram auditados.

19. Instrução CVM nº 381

Nos semestres findos em 30 de junho de 2021 e de 2020, não foram contratados junto aos auditores independentes e partes a eles relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa, de acordo com as disposições estabelecidas pela Instrução CVM nº 381.

20. Limites operacionais

Através de seus Instrumentos Normativos e em busca da convergência com os aspectos prudenciais trazidos pelo Acordo de Basileia, o BACEN alterou e vem modernizando sua metodologia de cálculo do Patrimônio, bem como as ponderações por graus de risco, sendo requerida a manutenção de patrimônio líquido mínimo exigido, correspondente a 11% do montante das operações ativas ponderadas por graus de risco, que variam de 0% a 300%.

Todas as Operações de Crédito que compõe a Carteira Classificada da **Sociedade** são de natureza de não negociação, voltadas às Pessoas Físicas, sem garantia ou aval e são ponderadas pelo fator associado ao risco de acordo com a Circular 3.644/2013, do BACEN e posteriormente ajustada e formalizada pela Resolução 4.193/2013 que definiu as regras e cálculos orientados aos ativos ponderados pelo risco (RWA). Dadas as características de nossa operação, com capital próprio e carteira não negociada, as parcelas sobre Risco de Crédito e sobre o Risco Operacional são as mais significativas para a ponderação dos Ativos.

A **Sociedade** possui indicador superior ao referenciado pelo Índice Basileia, ao percentual básico nos termos do Acordo de Basileia, que atualmente é de 11%.

Quadro de Limites Operacionais referentes a 30/06/2021:

Patrimônio de Referência – (PR)	89.705
Ativos Ponderados pelo Risco	74.933
RWAmpad (RWAjur1)	0
RWAcpad	49.159
RWAopad – Indicador Básico	25.774
RBan	704
Índice Basileia	119,71%

21- Outros assuntos

Efeitos Covid-19, os reflexos evidenciados até o momento dão –se principalmente a instabilidade gerada no mercado como um todo, pois nosso volume de negócios diminuiu e, passamos também a ser mais criteriosos com nossas análises de crédito. Todos os departamentos estão envolvidos no acompanhamento diário das mudanças relacionadas e, quando necessário, acionando a Alta Administração para estratégias que busquem dirimir impactos negativos

22. Eventos Subsequentes

Para o semestre findo em 30 de junho de 2021 não ocorreu nenhum evento subsequente que alterasse significativamente o resultado ou situação patrimonial da sociedade.

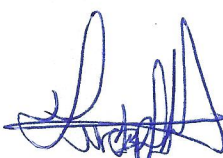
Diretoria



Rodrigo Della Casa
Diretor Presidente



Carlos Alexandre Tanikawa
Diretor de Riscos e
Compliance



Lucidalva Pereira Cursino
Contadora – CRC 1SP 265217/O-2



Russell Bedford

taking you further

JBCRED S/A – SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Relatório do auditor independente sobre as
demonstrações contábeis

Referente ao 1º semestre de 2021.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de QR Code para acessar o conteúdo da imagem.



Russell Bedford

taking you further

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Administradores e aos diretores da

JBCRED S/A – SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **JBCRED S/A - SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO** (“JBCRED” ou “Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **JBCRED S/A - SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO** em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para Créditos de liquidação duvidosa

A estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve alto nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo os níveis de inadimplência, renegociação, cenários econômicos atuais e futuros.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria, incluíram, entre outros: (i) verificamos as políticas de concessão de crédito e renegociação; (ii) obtivemos entendimento sobre os controles gerenciais e níveis de inadimplência monitorados pelo departamento de compliance da Sociedade; (iii) Realizamos testes para observar a integridade e completude da base de dados utilizada para cálculo da provisão; e (iv) Revisamos a aplicação das normas de provisão para créditos de liquidação duvidosa emanadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN e Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN nº 2.682.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações contábeis.

Provisões para riscos e passivos contingentes

Conforme nota explicativa nº 11, Ativos e Passivos Contingentes, a Sociedade possui processos, questionamentos ou assuntos relevantes acerca de questões, cíveis e trabalhistas cujos desfechos não estão totalmente sob seu controle. Devido a diversos fatores, a avaliação destes assuntos pode não estar corretamente quantificada ou adequadamente registrada.

A Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos, necessita realizar julgamento baseado em informações e expectativas de ordem quantitativa e qualitativa para a definição de estimativas de perda em cada assunto relevante. Além disso, as informações de cada assessor jurídico precisam ser analisadas, concentradas e registradas pela contabilidade.



Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria, para endereçamento dos riscos de provisão para contingências incluíram, entre outros: (i) envio de correspondência independente para os assessores jurídicos responsáveis pelos processos da Sociedade; (ii) avaliação de controles internos; (iii) obtenção de opinião legal dos assessores jurídicos, acerca de assuntos de alta exposição da Sociedade; e (iv) verificação da consistência das informações de resposta de assessores jurídicos com as informações e controles da Administração.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação da provisão para riscos e passivos contingentes são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o “Relatório da Administração”.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o “Relatório da Administração” e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler estas outras informações identificadas acima e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar sobre isto.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade;



Russell Bedford

taking you further

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de agosto de 2021.

RUSSELL BEDFORD BRASIL
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA:90238435091
Assinado de forma digital por ROGER MACIEL DE OLIVEIRA:90238435091
Dados: 2021.08.31 17:26:24 -03'00'

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico